

## PROTESTANTISMO NO CENTRO-OESTE E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE MISSÃO ENTRE OS KAIOWÁ (1910-1928)

PROTESTANTISM IN THE CENTER-WEST AND THE FIRST MISSION INITIATIVES AMONG  
THE KAIOWÁ (1910-1928)

EL PROTESTANTISMO EN EL CENTRO-OESTE Y LAS PRIMERAS INICIATIVAS MISIONERAS  
ENTRE LOS KAIOWÁ (1910-1928)

**Fernando Luís Oliveira Athayde Paes**

Doutor em Educação (UFSCar). Docente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Paranaíba, Mato Grosso do Sul, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-6556-4139>

E-mail: [fernandofortiori@gmail.com](mailto:fernandofortiori@gmail.com)

### RESUMO

Este estudo propõe compreender o início da missão ecumênica protestante entre os povos indígenas no Centro-Oeste brasileiro, na década de 20. Para tanto, priorizo a análise de fontes documentais e as contribuições de pesquisadores vinculados aos estudos do protestantismo ecumênico, tais como Mendonça (1995), Gonçalves (2009) e outros. As ações missionárias dos reformados, no Brasil, vincularam-se aos esforços para retirar o país das influências do catolicismo. Todavia, no sul do estado de Mato Grosso, sobretudo no Congresso do Panamá, de 1916, determinaram o campo de missão entre indígenas Kaiowá com empreendimentos que denotavam práticas integracionistas ancoradas na cooperação de diversas denominações protestantes.

**Palavras-chave:** Historiografia; Missionários; Ecumenismo; Indígenas.

### ABSTRACT

This study proposes to understand the beginning of the Protestant ecumenical mission among indigenous peoples in the Brazilian Center-West, in the 1920s. To this end, I prioritize the analysis of documentary sources and the contributions of researchers linked to studies of ecumenical Protestantism, such as Mendonça (1995), Gonçalves (2009) and others. The missionary actions of the Reformed in Brazil were linked to efforts to remove the country from the influences of Catholicism. However, in the south of the state of Mato Grosso, especially in the Panama Congress of 1916, they determined the mission field among Kaiowá indigenous people with enterprises that denoted integrationist practices anchored in the cooperation of different Protestant denominations.

**Keywords:** Historiography; Missionaries; Ecumenism; Indians.

### RESUMEN

Este estudio se propone comprender el inicio de la misión ecuménica protestante entre los pueblos indígenas del Centro-Oeste brasileño, en la década de 1920. Para ello, priorizo el análisis de fuentes documentales y las contribuciones de investigadores vinculados a estudios sobre el protestantismo ecuménico, como como

Mendonça (1995), Gonçalves (2009) y otros. Las acciones misioneras de los reformados en Brasil estuvieron vinculadas a los esfuerzos por sacar al país de las influencias del catolicismo. Sin embargo, en el sur del estado de Mato Grosso, especialmente en el Congreso de Panamá de 1916, se determinó el campo misionero entre los indígenas Kaiowá con emprendimientos que denotaban prácticas integracionistas ancladas en la cooperación de diferentes denominaciones protestantes.

**Palabras-clave:** Historiografía; Misioneros; Ecumenismo; Indios.

## INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de pesquisa no âmbito de doutoramento em Educação, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O objetivo principal foi analisar a ação missionária protestante entre os indígenas Kaiowá no antigo sul de Mato Grosso<sup>1</sup>.

Importa mencionar que os primeiros contatos de pesquisa com as comunidades indígenas Kaiowá foram realizados em 2008, mais exatamente durante estudos de mestrado<sup>2</sup> em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) vinculado à Universidade Católica Bom Bosco (UCDB). Nos relatos indígenas, observei que havia acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), localizada na Unidade Central de Dourados (MS), que foram escolarizados na Missão Evangélica Caiuá<sup>3</sup>.

Após finalizar o estudo de mestrado, e para dar início à pesquisa de doutoramento, realizei levantamento da produção acadêmica em revistas eletrônicas especializadas e no Banco de Teses da Capes. Foi localizado apenas o trabalho de Carlos Barros Gonçalves, com o título *O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados*, finalizado em 2009. Seus estudos se aproximam de minhas pesquisas, entretanto apresento a história da ação missionária protestante entre Kaiowá na escolarização, evangelização e na cura de suas doenças.

Para a construção deste trabalho, utilizei os fundamentos da História Cultural (HC) com prioridade na coleta e análises de fontes documentais localizadas no Centro

---

<sup>1</sup> O nome *sul de Mato Grosso* faz referência a uma parte do Estado de Mato Grosso antes da sua divisão, realizada no dia 11 de outubro de 1977; em 1º de janeiro de 1979, essa referida parte foi elevada, pelo presidente Ernesto Geisel, à categoria de Estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Estudo finalizado, em 2010, com bolsa de estudos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PROSUP), com o objetivo de pesquisar as ações afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (Athayde, 2010).

<sup>3</sup> A instituição foi fundada na década de 20 por protestantes de várias denominações que, no início, se uniram em ecumenismo para evangelizar, curar e educar os indígenas Kaiowá.

Cultural Martha Watts, na cidade de Piracicaba (SP); no Centro de Memória Metodista, localizado em São Bernardo do Campo (SP); no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro; e no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Esses documentos foram digitalizados e armazenados em HD para o curso do atual texto e futuras pesquisas em diversas áreas.

O texto está dividido em cinco seções, sendo esta introdução a primeira delas. Na segunda consideramos o projeto missionário protestante para o Brasil. Na terceira, são apresentadas a ação ecumênica e suas contribuições na edificação de missões. Na seção quarta, ressaltamos a consolidação do campo de missão entre os indígenas Kaiowá no antigo sul de Mato Grosso. Analisamos, na quinta seção, a região de Dourados (MT) e o desenvolvimento regional que se formava, tendo os indígenas como alvo de interesses dos missionários. Para finalizar, observamos que as ações protestantes foram pautadas na cooperação ecumênica que se traduzia em um *domínio evangelizador e assimilacionista* das populações indígenas, sobretudo dos Kaiowá.

## Missões protestantes: considerações em um campo de atuação

Conforme a tese defendida por Antonio Gouvêa Mendonça (1995), no livro *O celeste porvir, o protestantismo no Brasil*, foram desenvolvidos dois aspectos: o protestantismo de imigração e o de missão. O primeiro, em consequência de entraves estabelecidos pela histórica união entre Estado e Igreja, forneceu as bases ideológicas<sup>4</sup> e a hegemonia social no continente. O segundo chegou ao território brasileiro no final do século XIX e teve seu período de fortalecimento no século XX; revigorou-se com a ação missionária norte-americana, que se intensificou na conversão de fiéis (Mendonça, 1995).

Carlos Barros Gonçalves, em seu livro *Até aos confins da terra: o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização dos povos indígenas*, ressalta que os estudos e pesquisas sobre a expansão do Cristianismo devem ser acrescidos de reflexão sobre os conceitos de missão e missionário carregados de forte sentido religioso. No cenário cristão, o missionário foi considerado aquela pessoa que aceitou o *chamado divino* e abandonou tudo para se dedicar ao cumprimento de uma *vontade soberana*. Na acepção

---

<sup>4</sup> A explicação para a existência dos conflitos nesses dois campos religiosos, católicos e protestantes, depende das estruturas de toda a história. Assim, observamos que os primeiros protestantes encontraram dificuldades para alicerçar as suas crenças reformadas, pois a manifestação da ideologia católica encontrava-se materializada nas práticas e nas concepções de mundo daquele período. Com as considerações de Gramsci (1978, p.16), observa-se que a ideologia se encontra “implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas da população” e que se na ação organizada, ou seja, possui uma existência material que é observada nas práticas.

moderna, significa o movimento de aproximação entre diversas religiões, a união de esforços da cúpula da Igreja e de seus membros protestantes, nos quais se torna impossível não destacar as ações missionárias, principalmente quando se trata das questões ligadas ao processo de *descatolização* (Gonçalves, 2009).

O século XX ficou conhecido como o século das missões por ser extremamente significativo para a história do protestantismo no país, uma vez que sua implantação no meio social brasileiro se fez sentir de forma relevante. Nesse período, ocorreu grande expansão do segmento pelos continentes por meio da organização e do crescimento das sociedades missionárias.

Diante desse cenário, verificou-se o fortalecimento das missões protestantes, cuja essência de trabalho buscava, por meio da cooperação entre si, mais eficiência na tarefa de levar sua mensagem cristã a todas as pessoas. Com a criação de ligas e alianças, as igrejas protestantes uniram-se em torno de princípios doutrinários comuns, unificaram a mensagem religiosa e facilitaram a pregação nos campos missionários<sup>5</sup>.

A união entre as denominações religiosas serviu de escudo contra aqueles que apontavam o divisionismo eclesiástico como fragilidade dos princípios religiosos protestantes. O empenho em unificar pensamentos e ação na pregação do evangelho fez surgir o movimento dos leigos, sobretudo de jovens, no interior do protestantismo; dentre essas associações, destacam-se a Associação Cristã de Moços (ACM), a Associação Feminina, e o Movimento de Estudantes Voluntários para Missões Estrangeiras.

Com relação ao Brasil, o estabelecimento dessas igrejas deu-se, sobretudo, por meio de missões norte-americanas. É preciso destacar que a estreita relação entre a Igreja Católica e o Estado dificultou o estabelecimento das igrejas protestantes no Brasil nos períodos Colonial e Imperial. Aos protestantes eram vedadas – por meio de dispositivos legais e até constitucionais – a construção de templos com fachadas de igrejas, a oficialização de casamentos, a realização de cultos e ofícios religiosos e o sepultamento em cemitérios públicos, entre outros.

Sabe-se que a unidade doutrinária do catolicismo se contrapunha ao divisionismo das igrejas protestantes em termos teológicos e doutrinários. Isso, de certo modo, foi forçosamente superado para que ocorresse o fortalecimento das igrejas protestantes, tendo em vista as futuras ações em direção ao ecumenismo e as missões a serem instituídas pelo interior do Brasil. Essas instituições não apresentavam aos brasileiros as peculiaridades teológicas de cada uma, já que tal procedimento corroboraria o aumento da desconfiança dos receptores da mensagem. Por causa disso, não houve nenhuma ênfase institucional por parte das agências missionárias e das igrejas, embora mantivessem sua estrutura eclesiástica de origem. No Brasil do século XIX e XX, a trajetória religiosa dos protestantes foi apresentada aos não convertidos como uma “alternativa verdadeira” (Mendonça, 1995).

A existência de igrejas com diferentes posições doutrinárias e teológicas deixaria de ser interpretada como sinal de fraqueza, divisão e contradição, e passaria a se enquadrar no princípio da teoria denominacional elaborada pelos teólogos da Assembleia de

---

<sup>5</sup> Uma das primeiras iniciativas com esse propósito foi a criação, em 1946, na cidade de Londrina (PR), a liga da Aliança Evangélica, a partir da qual outras congêneres passaram a ser instituídas com o mesmo propósito.

Westminster<sup>6</sup>. Com isso, predominou no Brasil, durante as três primeiras décadas republicanas, o modelo ecumênico de unidade na variedade (Gonçalves, 2009). O fato de os protestantes apresentarem uma mensagem que valorizava a liberdade do indivíduo em aceitar ou recusar a salvação fortaleceu a ideia de liberalismo que contornava os ideais republicanos brasileiros. Dessa forma, o protestantismo estaria associado a um modelo religioso capaz de oferecer *costumes sadios*, uma *moral verdadeira*, que fariam do Brasil uma grande nação.

Os missionários reformados consideravam-se portadores de um projeto de civilização para a sociedade permeada de atraso econômico, fruto de séculos de domínio português e católico. A República foi recebida pelos protestantes com entusiasmo, pois essa versão política favorecia a criação de um Estado laico; foi certamente nesse período que ocorreu uma redefinição do campo religioso brasileiro, principalmente com o surgimento de uma classe média mais consistente e aberta a novos campos de ação. Também se verificou impulso às reformas urbanas, ao crescimento da industrialização e às boas perspectivas para o trabalho de anúncio dos princípios protestantes no país.

Apesar do surgimento desse novo cenário na sociedade brasileira, não houve mudanças imediatas na organização e no funcionamento das igrejas protestantes. O único aspecto a ser destacado é o fato de que a população protestante via a possibilidade de expansão de sua fé. Nesse processo, incluíram a evangelização dos indígenas, pois, de acordo com a vigente mentalidade dos missionários, esses sujeitos viviam em um “estado selvagem” e “careciam das orações” e esforços desses religiosos para que houvesse “a salvação de suas almas”.

Assim, consideravam que a catequese dos índios deveria ser um esforço comum e a união em prol da evangelização do país foi um dos principais argumentos dos defensores do movimento ecumênico no Brasil nas primeiras décadas republicanas.

## Ação ecumênica no campo de missão

As notícias elencadas no jornal *O Expositor Cristão* indicam que, na 1ª Conferência Mundial Missionária, foram definidos os objetivos para edificar um marco de trabalho no campo missionário protestante com os povos latino-americanos:

A América latina ocupa mais de duas vezes o território dos Estados Unidos e tem uma população de mais de noventa milhões de almas [...], é rica em solo, em minerais e outros recursos [...]. Seu nome implica a raça latina – ou raças – predominante na América latina. O povo é formado por hespanhoes, portugueses, ou descendentes de italianos [...]. As diversas raças atravessam nossas fronteiras e quase imediatamente sofriam as influências de nossos ideais christãos, e assim foi forjado o grande milagre moderno, que é a América [...]. Mas é um facto patente ao mundo que o

---

<sup>6</sup> Evento protestante (puritano) ocorrido em Londres (Inglaterra), no período de 1643 a 1648, caracterizado por um movimento reformador que deu origem aos chamados “Padrões Presbiterianos”, os quais continham: Diretório do Culto Público, Forma de Governo Eclesiástico, Confissão de Fé, Catecismo Maior e Breve Catecismo. Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/7121.html>> Acesso em: 3 agosto. 2023.

catholicismo não prepara o povo para a grandeza comercial, política e intelectual. [...] Agora parece ser o tempo mais propício para o protestantismo envidar todos os esforços [...] para acompanhar os passos das raças humanas em sua marcha para as florestas, fazendo ali o que os pregadores-pioneiros fizeram por esta nossa boa terra – assentar os alicerces de uma poderosa civilização. O interior do país é o centro não atingido da América latina. É um dos mais convidativos e promissores campos missionários em todo o mundo. (O Expositor Cristão, 1925b, p. 8).

Em termos mundiais, entre as primeiras tentativas organizadoras da ação protestante em levar os pontos de fé e da doutrina a outros povos, ocorreu o Congresso Missionário na cidade de Edimburgo (Escócia) em 1910. Nele, reuniram-se os principais representantes<sup>7</sup> das agências missionárias, cujas equipes destinavam-se às regiões onde não havia o protestantismo.

O evento de 1910 produziu repercussões e ações no meio protestante, dentre as quais se destaca o Congresso Missionário do Panamá, ocorrido no período de 14 a 23 de junho de 1916. Organizado por um grupo de religiosos norte-americanos mormente para discutir os problemas relacionados com a evangelização de regiões com presença católica na América Latina, contou com representantes de diversas igrejas e agências missionárias protestantes da Europa e dos Estados Unidos, e com a participação de 1.200 delegados oficiais e cerca de 3.000 integrantes ao todo (Gonçalves, 2009). Diferentemente do seu similar realizado na Escócia, o congresso foi considerado pelos estudiosos do tema como um grande evento internacional e marco significativo no meio religioso.

Os debates também focaram a obra missionária do mundo não cristão e buscaram a unidade do protestantismo perante a necessidade de evangelização mundial. Nesse encontro internacional, porém, houve divergências quanto à definição do que seria o *mundo não cristão*. Para alguns estadunidenses, a comunidade sob a influência da Igreja Católica deveria ser considerada cristã; já para os ingleses e alemães, a ação missionária deveria priorizar países em que não houvesse influência religiosa em nenhum formato.

Após uma série de amplos debates, os defensores das ações missionárias na América Latina argumentaram que desenvolver uma obra em solo latino-americano já não significaria uma atitude hostil contra as fileiras da Igreja Católica, mas sim a necessidade de disseminar “as verdades evangélicas”. Ainda segundo a mentalidade reinante no evento, o ato de levar a esses povos as bases da doutrina reformada seria mais do que um dever na marcha do Evangelho.

Os missionários que defendiam a instalação de ações missionárias na América Latina fundaram o Comitê de Cooperação da América Latina (CCLA), que foi a principal entidade promotora do ecumenismo no continente sul-americano na época, e que se mobilizou na busca por cooperação na obra missionária protestante. O referido congresso contava com a participação de três protestantes brasileiros que tiveram importante papel na difusão dos ideais de cooperação. O Congresso do Panamá rompeu com o movimento missionário protestante do viés espontâneo para um modelo organizacional, estruturado e também impulsionou o arranque de um movimento protestante consciente de seus objetivos (Gonçalves, 2009).

---

<sup>7</sup> Em sua maioria, os principais participantes do conclave pertenciam às igrejas europeias e americanas.

Os congressistas associavam as ações de evangelização aos problemas sociais, por exemplo, analfabetismo, pobreza, instabilidade política e subdesenvolvimento econômico. Os ideais pregados pelo protestantismo são vistos como um agente transformador de mudanças sociais. Consequentemente, os moldes protestantes de viver no mundo se constituíram como modelo moral a ser alcançado e, ao atingir esse princípio, os não iniciados no cristianismo protestante conquistariam os benefícios individuais que se estenderiam a todos e melhorariam as condições sociais e culturais dos países latino-americanos. Assim, percebe-se que todas as atividades religiosas ligadas aos respectivos grupos protestantes comprovavam os princípios ideológicos na sua pretensão de serem portadores de superioridade religiosa e apresentavam o protestantismo como uma *religião civilizadora*.

Tem início, portanto, a formalidade do movimento ecumênico brasileiro<sup>8</sup>, por meio dos contatos internacionais para propagar as missões na América Latina. A participação protestante no Panamá, cujos debates promoveram novas estratégias de missões no mundo cristianizado, foi um dos momentos mais importantes para a expansão da cultura religiosa estadunidense no Brasil. Nota-se que, a partir do evento, foram estabelecidas ampla estratégia missionária, e a divisão do território por denominações religiosas.

Tendo em vista a necessidade de se atuar com segurança nas missões, os seguintes objetivos foram deliberados: estabelecer relações entre as diversas agências missionárias protestantes; planejar anualmente conferências intermissionárias; cooperar nas produções literárias protestantes; criar um escritório central para a publicidade de trabalho missionário; reunir para avaliar as condições educacionais do continente; aproximar e concentrar o trabalho protestante entre as classes abastadas da sociedade latino-americana; cooperar no evangelismo e, principalmente, treinar novos candidatos à missão (Read, 1969).

O encontro no Panamá possibilitou aprovar propostas e estratégias de evangelização nos países da América Latina e decidiu que as missões protestantes colaborariam apenas em relação à evangelização dos índios. Denota-se que o problema étnico e religioso da América Latina, principalmente no caso dos grupos indígenas, oferecia amplo campo de estudo. Assim, para realizar as primeiras iniciativas problematizadas, destacaram a importância de encontros regionais e o desenvolvimento de ações no campo missionário. Acreditavam nos trabalhos de cooperação entre as igrejas protestantes e nas ações relacionadas com a ocupação do campo missionário e a evangelização dos índios.

As conferências de Edimburgo e do Panamá foram dois eventos importantes para que os protestantes tivessem, como meta principal, a formação de equipes para desenvolver atividades concretas para evangelizar e converter as novas populações ao protestantismo. Portanto, é possível afirmar que o protestantismo firmado entre os povos indígenas do sul de Mato Grosso se referia àquele de origem americana e com influências do Congresso do Panamá e de seus colaboradores.

No que tange à realidade religiosa brasileira, Gonçalves (2009) enfatiza que as primeiras manifestações ecumênicas no Brasil estiveram vinculadas ao surgimento da

---

<sup>8</sup> O ecumenismo brasileiro foi um movimento entre as diversas [denominações cristãs](#) na busca do diálogo e cooperação comum, para superar as divergências históricas e culturais. Para os cristãos, o termo “movimento ecumênico”, em sua conspeção, quer dizer que a “Igreja de Cristo” vai além das diferenças geográficas, culturais e políticas entre as diversas igrejas existentes (Mendonça, 1997).

Aliança Evangélica de São Paulo (AESP), de 1902, e da Aliança Evangélica Brasileira (AEB), de 1903. E evidencia a estreita relação do protestantismo brasileiro com o norte-americano, pois todas essas manifestações buscavam fortalecer a cooperação entre os diferentes grupos protestantes.

Um dos primeiros resultados dessa cooperação foi a fundação do Hospital Evangélico de São Paulo, em 1934, projetado para ser interdenominacional, pois uma das justificativas para a sua construção era o constrangimento que muitos protestantes sentiam ao serem atendidos em outros hospitais da capital paulista. Em 1894, foi inaugurado o Hospital Samaritano de São Paulo no bairro do Pacaembu. Vale ressaltar que, a partir dessa inauguração, outros hospitais evangélicos foram organizados em todo o território brasileiro. O Hospital Evangélico do Rio de Janeiro foi inaugurado em 1912 (Mendonça, 1995).

A AESP tinha como elemento geral congregar as diversas igrejas paulistas em atividades que promovessem a evangelização. Por sua vez, a Aliança Evangélica Brasileira (AEB) foi a agremiação que contribuiu de forma significativa para a elaboração de um plano nacional de cooperação eclesiástica no meio protestante. Além disso, foi responsável pela convocação do 1º Congresso Evangélico Brasileiro (CEB). Nesse primeiro evento, iniciaram-se os debates a respeito de uma melhor estruturação da AEB, mas demonstravam as divergências de opiniões que sempre estiveram presentes em reuniões de lideranças de diferentes correntes da fé reformadas em solo brasileiro, onde residiam os reverendos estrangeiros em trabalho pastoral e participavam ativamente dos movimentos e eventos.

Os brasileiros, cientes do movimento mundial em prol de ações missionárias, em especial dos Estados Unidos, aliaram-se aos ideais dessas entidades estrangeiras, observadas nas decisões tomadas nas igrejas brasileiras. Essa influência pode ser notada no modo de organização do 1º Congresso Evangélico Brasileiro, realizado em 1910 com inspirações nos moldes norte-americanos. As atividades realizadas pelos participantes giravam em torno de cultos, reuniões de orações, exercícios religiosos e discussão de assuntos ligados às questões sociais e do pastoreio.

Além de fortalecer a união entre as diferentes correntes protestantes no Brasil, o Congresso objetivava promover a evangelização por meio do trabalho missionário e a discussão de temas sociais relacionados com um *modus vivendi*. Um dos itens em destaque era a educação. Os debates fomentados no evento deram origem aos artigos de fé que passaram a reger a AEB. Decidiram, também, que haveria a realização de congressos regionais e nacionais com o propósito de promover a fraternidade eclesiástica e o planejamento da obra de evangelização no país. Competiria aos congressos promover os melhores métodos de evangelização que se mostrassem positivos no combate ao domínio católico. Assim, fica evidente que a busca da expansão dos valores protestantes sempre foi a tônica dos debates e discussões nesses encontros.

É necessário destacar que a AEB não teve a intenção de unir igrejas ou instituições. Sua atuação estava limitada às esferas moral e espiritual, com o intuito de evitar atritos denominacionais. Embora a repercussão de suas ações fosse lenta e gradual, foi importante para a organização e o fortalecimento do ecumenismo brasileiro. A influência norte-americana e inglesa, na elaboração dos artigos de fé aprovados pela AEB, fez com que o movimento ecumênico no Brasil mantivesse um vínculo com o protestantismo norte-americano, e impulsionasse a criação do CCLA, em 1913.

Em sua pesquisa sobre o movimento ecumênico protestante no Brasil, Gonçalves (2009) ressalta que, para dar continuidade às propostas do evento do Panamá, foram

desenvolvidas conferências regionais em diversos países da América Latina, como México, Peru, Argentina, Chile, Cuba e Brasil. Assim, ocorreram as conferências regionais cujo objetivo era analisar as questões mais específicas relacionadas com o cristianismo protestante em cada país.

O Rio de Janeiro foi o local escolhido, em 1922, para a realização da conferência no Brasil. Dentre os temas discutidos nesse evento destacam-se a cooperação na divisão do campo, as publicações, a educação, o preparo ministerial, a liderança evangélica, a evangelização e o sustento da própria igreja.

O momento religioso era fundamental para dar sequência à Conferência e funcionava como amenizador dos ânimos já que muitos se exaltavam quando eram tratadas as questões doutrinárias. Essa atitude dos integrantes da Conferência sempre foi motivo de preocupação, pois colocava em risco o projeto de fraternidade protestante; para tentar minimizar a situação, foi criada a subcomissão de relações eclesiais com o objetivo de intermediar e promover a conciliação nos conflitos entre Igrejas (Gonçalves, 2009).

Outra subcomissão de destaque foi a de publicidade, que ficou com a função de produzir material didático religioso para difundir os ideais do movimento de cooperação. Assim, os ideais ecumênicos alcançavam um público cada vez mais amplo e cabia à subcomissão divulgar não apenas o sentimento cristão – cristocêntrico – em detrimento da identificação funcional, mas principalmente os recursos, as críticas daqueles que se mostravam contrários aos preceitos defensores da unidade na variedade. Desse modo, os missionários ficaram responsáveis pela publicidade e divulgação dos feitos realizados por esse movimento ecumênico, e assumiram a tarefa de defender o protestantismo ante o catolicismo; por isso a preocupação de desenvolver uma evangelização eficiente, de forma a evitar a concorrência denominacional.

É preciso mencionar a importância da subcomissão responsável pela ocupação e divisão de territórios entre as diversas denominações cooperantes. Sua primeira atividade foi o aparelhamento de uma biblioteca que pudesse subsidiar o estudo dos diversos grupos indígenas do país. Nessa tarefa, houve uma estreita colaboração dos agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Merece registro o fato de o Marechal Cândido Mariano Rondon ter facilitado a viagem de missionários ao encontro dos indígenas. Em relação à parceria entre os missionários e o SPI, é preciso destacar que havia o objetivo de integrar os índios à sociedade nacional. Vistos como bárbaros, os indígenas precisavam se tornar civilizados, pois assim poderiam se somar à nação de um país que ainda não possuía nacionalidade, tampouco mão de obra suficiente para a implantação de uma economia alicerçada nos ideais capitalistas. O propósito civilizador dos missionários voltado aos indígenas significava, acima de tudo, mudança de credo religioso, e a aceitação da mensagem protestante produziria novas formas de comportamento, novos hábitos, inclusive os valores do trabalho e da educação.

Nas questões relacionadas com a convergência dos discursos políticos e religiosos, importa considerar as ocorrências no 2º Congresso Regional da Obra Cristã, realizado no Rio de Janeiro em 1922. A data do evento – estrategicamente definida – contribuiu para dar mais visibilidade ao trabalho dos protestantes. Em tom comemorativo, apresentou-se à sociedade brasileira um protestantismo unido e comprometido com o sentimento nacional. Com isso, procurou enfraquecer a tese defendida pela elite brasileira, predominantemente

católica, que associava a presença do protestantismo aos interesses estadunidenses (Gonçalves, 2009).

A estreita relação mantida entre os protestantes estadunidenses sempre foi alvo de preocupação e críticas por parte das lideranças leigas e eclesiais da Igreja Católica no país. Tanto que, no mesmo período, surgiram as críticas e os questionamentos divulgados por meio de periódicos católicos ou não. Um dos religiosos que se destacou pela contundência e veemência contra essa expansão do protestantismo foi o arcebispo Dom Aquino Corrêa, de Cuiabá (MT), conforme pontuou Célio Marcos Pedraça (2007) em seus estudos e pesquisas as quais desvelaram o universo ideológico do então religioso cuiabano a serviço da Igreja em solo mato-grossense e nacional.

Ainda seguindo seus propósitos, os missionários procuravam demonstrar a autonomia das igrejas protestantes brasileiras e seu objetivo de se tornarem nacionais. Certamente, a fórmula patriotismo *versus* religiosidade contribuiu para maior aceitação do movimento protestante. No 2º Congresso Regional da Obra Cristã, realizado no Panamá entre 3 e 7 de setembro de 1922, os trabalhos visaram preparar relatórios e selecionar os temas que seriam apresentados ao Congresso de Montevidéu (1926), evento organizado pelo Comitê de Cooperação da América Latina. Uma novidade nas discussões temáticas desse segundo evento foi a inserção de personalidades não religiosas, as quais traziam contribuições significativas para a concretização das missões que envolviam os indígenas.

No encerramento, observou-se a preocupação das igrejas brasileiras representadas no evento (presbiterianas, metodistas, episcopais, luteranas) na atuação educacional, publicitária, de evangelismo, de serviço social, entre outras.

Com essa preocupação, verifica-se a ausência de grandes alterações em relação aos problemas já pontuados no primeiro evento, uma demonstração de que os problemas já eram conhecidos, porém não havia ainda um trabalho eficaz capaz de solucioná-los em definitivo.

Zuleica Mesquita, em suas pesquisas sobre as propostas educacionais metodistas, afirma que as questões apresentadas sobre a evangelização dos indígenas discutidas no 2º Congresso, também foram temas a serem debatidos no Congresso em Montevidéu, onde os representantes brasileiros se destacaram pela atuação e desenvolvimento de obras de cooperação eclesial. Apesar disso, observa-se a pouca participação da mulher nas atividades missionárias do protestantismo brasileiro já que no evento havia representantes femininas de outros países, mas nenhuma do Brasil (Mesquita, 1995).

Outro aspecto relevante é o fato de que todos os presidentes das comissões temáticas do Congresso eram estrangeiros e, conseqüentemente, todas as publicações ocorreram em língua inglesa. Também houve a presença de membros do SPI, principalmente com a participação do inspetor Horta Batista. A atuação dos agentes do *órgão* encarregado de formular a política indigenista brasileira foi fundamental para a legitimação e facilitação do desenvolvimento das atividades religiosas protestantes entre os indígenas Kaiowá.

A sessão correspondente ao evangelismo dos indígenas foi realizada com a presença do secretário-geral professor Erasmo Braga<sup>9</sup>, que apresentou pesquisas conduzidas à época. Em um dos mapas apresentados na sessão foi utilizada a denominação genérica *tupi-guarani* para se referir a todos os indígenas que viviam em território brasileiro. Também fica claro que os missionários protestantes conheciam a situação de conflito em torno da disputa por terras, pois o relatório debatido no certame deu destaque ao fato de o SPI acreditar que, com a chegada dos missionários, ocorreria a amenização das desordens resultantes da apropriação de terras, tradicionalmente ocupadas por não indígenas (CBC, 1924).

Os relatórios apresentados para debater as missões indígenas no Brasil, com o fito de elaborar um plano de missões, dividiram os indígenas em grupos de acordo com a maneira como viviam, quais sejam: a) os incorporados à vida social; b) os que ainda viviam próximos aos não indígenas – em grupos ou famílias; c) os que viviam na floresta; d) os selvagens, hostis; e e) os civilizados.

Em Montevideu reforçavam a necessidade de se desenvolver um trabalho sistemático, organizado e bem planejado; por isso, aqueles que fossem participar do campo das missões deveriam ser treinados. Um dos propósitos dos trabalhos a serem desenvolvidos com os indígenas era torná-los habitantes de residência fixa; dessa forma, seria possível a introdução de valores relacionados com o trabalho e com a educação. A implantação de uma escola possibilitaria o *desenvolvimento de suas mentes e*, conseqüentemente, a aceitação das verdades cristãs e de um novo conceito de vida; o que evidencia a necessidade de aliar assistência social à mensagem cristã, uma das principais práticas utilizada pelo movimento ecumênico.

Depois da apresentação dos relatórios, o Congresso de Montevideu fez uma série de recomendações que nortearam os trabalhos e a participação missionária nas atividades desenvolvidas.

### O campo missionário entre os Kaiowá no sul de Mato Grosso

Nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de fortalecer o futuro campo de ação missionária no país, sobretudo aquele que dizia respeito aos indígenas, merece destaque a criação da Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil (AECIB) na cidade de São Paulo, no dia 28 de agosto de 1928. Ali foram organizadas atividades de catequese entre os *nativos brasileiros* e ainda foram desenvolvidos planos de trabalhos missionários entre os índios kaiowás-guaranis. A Associação, cujas atividades no Centro-Oeste tiveram início em Dourados (MT) em abril de 1929, originou-se da fundação da Comissão Brasileira de Cooperação, responsável por promover os melhores métodos de cooperação e evangelização do Brasil, e pode ser considerada a

---

<sup>9</sup>Liderança presbiteriana, professor e secretário da Assembleia Geral da Comissão Brasileira de Cooperação. Era responsável por promover cooperação nos trabalhos da missão, encontros de estudos, reuniões para decisões importantes e outras atividades entre as igrejas evangélicas do Brasil na década de 1920.

[...] primeira versão de um projeto de cooperação missionária protestante entre os indígenas [...], em setembro de 1922. Transcorreram, portanto, cerca de sete anos entre a primeira apresentação e a definitiva concretização do projeto. Esse processo, como se pode notar foi demorado e teve, principalmente, para reunião dos primeiros missionários, uma atuação destacada do reverendo Maxwell. (Gonçalves, 2009, p. 149).

As primeiras propostas a fazerem parte do Estatuto limitaram-se às ações missionárias em áreas geograficamente ocupadas e deveriam ser constituídas principalmente de missões locais, como já mencionadas. Fundamentadas no artigo 73 (inciso III) da Constituição Brasileira (1891) e nos artigos 16 (inciso I), 18 e 19 do Código Civil Brasileiro (1916), estabeleceram, como primeiro objetivo, “empreender a catequese aos índios do Brasil”. Essas ações consistiriam no “Art.3. [...] estabelecimento de escolas de alfabetização, instrução cristã, instrução de higiene e agricultura, oferecendo-se às populações indígenas toda a assistência física, intelectual, social, moral e espiritual que for possível” (AECIB, 1928).

De acordo com o estatuto, a entidade não poderia ser juridicamente dependente de nenhuma das igrejas envolvidas no projeto de criação da associação missionária. Os principais representantes<sup>10</sup> decidiram que a organização não teria dependência denominacional; só teriam representantes de corporações religiosas legalmente organizadas e seria juridicamente independente em todos os aspectos legais. Inscreveram-se “[...] a *East Brasil Mission*, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, a Comissão Brasileira de Cooperação, a Federação das Escolas Evangélicas e a Associação da Igreja Metodista [...]”. A diretoria foi composta por Elias Escobar Junior (Presidente), Benjamim H. Hunnicutt (Secretário Executivo) e Willian Kers (Tesoureiro). O grupo responsabilizou-se por redigir o regulamento interno da AECIB e definir a primeira assembleia para a aprovação das normas internas.

Os fundos da Associação deveriam constituir de: “a) doações, ofertas e [...] contribuições destinadas ao sustento dos seus trabalhadores; b) renda [...] de propriedade, quando houver [...]” (AECIB, 1928). Após a primeira assembleia<sup>11</sup> anual, ficou decidido que desenvolveriam trabalhos de missões locais, a primeira com o nome Caiuá, com sede em Dourados, no sul de Mato Grosso (O Expositor Cristão, 1928).

Os candidatos ao trabalho missionário deveriam ter as seguintes qualificações: fé inabalável, cultura, otimismo, alegria, capacidade de realizar trabalhos em equipe, perseverança, boa constituição física e saúde. Outro critério era a necessidade do preparo profissional para qualquer cargo que fosse ocupar; deveriam, também, ser pessoas formadas em diversas áreas, tais como: ministro ordenado, médico, normalista ou professor. Além disso, deveriam ter menos de 40 anos de idade; e os casados deveriam avaliar a

---

<sup>10</sup>Estiveram presentes na reunião o Dr. Benjamin H. Hunnicutt e o reverendo Albert Sidney Maxwell, representantes da *East Brasil Mission*, da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e da Comissão Brasileira de Cooperação. A Federação das Escolas Evangélicas foi representada por Epaminondas Moura; Dr. Elias Escobar Junior representou a Associação da Igreja Metodista. Participaram da reunião a Igreja Metodista, representada pelo Dr. Néelson de Araújo e o reverendo C. L. Smith; o reverendo Alfredo Borges Teixeira representou a Igreja Presbiteriana Independente; reverendo Salomão Ferraz representou a Igreja Episcopal; Kamel Kuri, a Igreja Presbiteriana; e Joaquim da Silveira Bueno, a Igreja Batista (O Expositor Cristão, 1928a, p. 1).

<sup>11</sup> Realizada na cidade de São Paulo, no templo da Igreja Metodista localizado na Rua Tiradentes, nº 178, no dia 12 de agosto de 1929.

vocação da esposa para a missão; poderiam manter qualquer empreendimento comercial por conta própria; as construções de casas dependeriam da aprovação da Associação; cada missionário deveria estudar minuciosamente a língua dos índios para se comunicar com mais determinação.

Antes da criação da primeira versão do projeto de cooperação missionária entre os índios (1922), durante a realização da 1ª Conferência Central da Igreja Metodista em outubro de 1927, o reverendo Albert Sidney Maxwell, norte-americano da Igreja Presbiteriana, enviou aos metodistas um relatório para solicitar cooperação para o início de um grupo de missionários que desenvolvesse atividades evangelizadoras no antigo sul de Mato Grosso. E, como sugestão, acrescentou que deveriam se responsabilizar pelo sustento de um obreiro médico (O Expositor Christão, 1928).

Albert Sidney Maxwell já contava com a disponibilidade do missionário Esthon Marques, presbiteriano independente que atuaria como professor e dentista; do missionário João José da Silva, para atuar como engenheiro-agrônomo, e de sua esposa, a missionária Guilhermina Alves da Silva, para auxiliar nas atividades domésticas e escolares; esses dois últimos da Igreja Presbiteriana. Diante do pedido e da apresentação da proposta missionária e dos membros da equipe, a Conferência Metodista recomendou à Igreja Metodista a cooperação no projeto de catequese dos índios (O Expositor Christão, 1928).

Nos primeiros artigos, publicados no periódico em agosto e setembro de 1928, com títulos como *Nossa missão aos bugres*, foram apresentados debates e solicitados missionários e doações. Após resolvidas as principais questões sobre as responsabilidades e o sustento oficial dos missionários, a Igreja Metodista designou o médico Nelson de Araújo. Afirmavam as notas do jornal:

[...] entre os bugres de Mato Grosso vem, providencialmente, compelirmos a tomar uma decisão definitiva. Ou aceitaremos o desafio dessa nossa oportunidade e ofereceremos a nossa Igreja as emoções de um empreendimento que, por sua nobreza, por seu heroísmo há de despertar entusiasmo; ou recuamos, confessando nossa triste derrota. Eis o dilema. Qual a direção tomar? (O Expositor Christão, 1928a, p. 33).

Anunciaram a presença de um representante metodista, mas faltava a resposta oficial da Igreja Metodista no Brasil para manter Nelson de Araújo no campo missionário. O *Expositor Christão* revelava as dificuldades burocráticas da Igreja Metodista no envio, principalmente a respeito da disponibilidade de recursos financeiros para mantê-lo na missão. Os representantes metodistas manifestaram as suas indecisões, sobretudo por meio do periódico (1928), corroborando a reivindicação de autonomia religiosa que vinha sendo feita desde 1910. A motivação principal estava relacionada com a motivação ideológica e a reivindicação de direitos nacionalistas.

Apenas em 1929, na presença do dr. Nelson de Araújo, foi efetivada a participação dos metodistas no projeto de criação da Missão Evangélica Caiuá. O reverendo Elias Escobar Júnior, um dia após a criação da AECIB, enviou correspondência para O *Expositor Christão* afirmando que a missão entre os índios era a consecução de um projeto prudente, medido e pensado e que, portanto, não oferecia riscos de fracasso à Igreja Metodista. Conforme anúncio no periódico, a missão entre os índios parecia ser uma execução de planos estratégicos em todos os aspectos, “[...] primeiramente [...] pelo reverendo Maxwell, pessoa que dispõe de largo tirocínio do trabalho entre os selvícolas, e depois, pelo próprio Dr. Nelson de Araújo. Ambos encontraram no ponto onde vai ser localizada a Missão, condições favoráveis” (O Expositor Christão, 1928, p. 1-2).

Antes da instalação da Missão entre os índios Kaiowá-Guarani de Dourados, a estratégia considerada mais coerente foi o reconhecimento do campo. As viagens exploratórias às regiões sul do antigo Mato Grosso consolidaram as propostas de missão. As últimas viagens ocorreram nos meses de maio e junho de 1928 (O Expositor Christão, 1928). Cerca de dois anos antes da vinda dos missionários para aquela região, Albert Sidney Maxwell, em uma de suas missivas, já começava a divulgar e sensibilizar os metodistas sobre as atividades missionárias entre os indígenas. Anunciavam o planejamento de

[...] estabelecer uma missão evangélica entre os indígenas. Três denominações [...], as igrejas Metodista, Presbiteriana Independente e a igreja Presbiteriana, já se manifestaram muito interessadas no plano de trabalho cooperativo entre os índios [...] E já há um casal de membros da Igreja de Lavras que está querendo dedicar a sua vida ao trabalho entre os selvagens, o Sr. João José da Silva e d. Guilhermina. (O Puritano, 1927, p. 2).

Ao analisar as mensagens de *O Expositor Christão*, verificamos a indicação dos primeiros membros do grupo de missionários a ser enviada para o sul de Mato Grosso, e a confirmação das igrejas de que se responsabilizariam pelo seu sustento (O Expositor Christão, 1927 - 1928).

A partir da criação da AECIB, foi então definida a primeira equipe de missionários destinados às missões aos indígenas de Dourados, composta pelos seguintes membros: o Reverendo Albert Sidney Maxwell e senhora Mabel Davis Maxwell, sua esposa; o médico Nelson de Araújo; senhor Esthon Marques, professor e dentista; senhor João José da Silva, engenheiro-agrônomo; e a senhora Guilhermina Alves da Silva, sua esposa, professora, e seu filho Erasmo.

Albert Sydnei Maxwel chegou ao Brasil no início da década de 1920 com o propósito de realizar expedições e encontrar um lugar propício para estabelecer um campo de missão entre as populações indígenas. Seus esforços, subsidiados pela Junta Missionária Norte-Americana e pela Missão Leste do Brasil, permitiram realizar expedições nos Estados de Rondônia, Paraná, Mato Grosso e outros, com a finalidade de conhecer os hábitos de alguns povos indígenas dessas regiões brasileiras. Nesses primeiros contatos, buscou conhecer o campo missionário e os costumes dos índios que habitavam as regiões no interior do país. Os jornais registravam uma série de descrições e análises das práticas materiais e simbólicas que caracterizavam a cultura indígena.

O missionário precisou conhecer quais eram as necessidades mais urgentes e os problemas que envolviam as populações indígenas, sobretudo aqueles demonstrados pelas estatísticas, ou seja, as principais áreas de conflito e a perda do território. Após as primeiras viagens, ele expressou no Relatório enviado à *Christian Work in South America* que se surpreendia com a inteligência dos índios, apesar de viverem nas matas, “[...] a única coisa que eles precisam é de uma oportunidade para se desenvolver. Os poucos que tiveram esse privilégio mostraram sua capacidade intelectual” (Congress on Christian Work in South America, 1925, v.1, p. 183).

Para consolidar as suas impressões e o projeto de missão, outras informações foram enviadas por representantes do SPI. O relatório da Comissão Brasileira de Cooperação expressa que

[...] por intermédio do dr. W. A. Waddell a remessa de 66 documentos e livros enviados pelo Ministério da Guerra dos Estados Unidos destinados à Biblioteca do Serviço de Proteção aos Índios. [...] Recebemos também muito material publicado pelo Serviço de Proteção aos Índios. (CBC, 1922-1923, p. 14 -15).

As informações do SPI revelavam a localização, os costumes, as crenças e as condições de vida de cada grupo indígena atendido pelo órgão governamental. Foi realizada a divisão do território brasileiro por meio de dados do órgão governamental, na tentativa de efetivar o trabalho missionário entre os índios. Conforme o relatório da ACB, os índices das populações nacionais e a inexistência do trabalho protestante nas regiões distantes também foram verificados. No relatório do Comitê de Cooperação da América Latina (CCLA, 1925) constava que os índios seriam o *alvo*, mas que não poderiam dispensar a oportunidade de levar o protestantismo ao interior do país.

Observa-se que as terras longínquas atraíam não somente as pessoas de outras regiões em busca de melhores condições de produção da vida material, mas, também, o protestantismo para propagar a sua fé na região. Os protestantes manifestavam a obrigação de retirar “os enganos” das comunidades indígenas e das populações no sertão, mesmo que alguns grupos se encontrassem desfrutando dos melhores estágios da civilização. Consideravam que

[...] tão alto quanto aquele encontrado em qualquer lugar do mundo, [...] não por causa de suas imensas fontes materiais, [...] mas em função de milhões de pessoas que estão na escuridão [...]. Os índios da região [...] permanecem selvagens (salvo aqueles submetidos a trabalhar como peões pelos brancos) com a escala da civilização por ascender [...]. (Congress On Christian Work In South America, 1925, v.1, p. 147).

Os douradenses receberam dos missionários a mesma categorização dos indígenas ditos *mansos*. Nesse caso, a obra missionária se justificava uma vez que, categorizados com a mesma distinção, o processo de civilização precisava se destinar tanto aos indígenas quanto à população branca. Norbert Elias e John L. Scotson, na obra *Os estabelecidos e os outsiders*, afirmam que havia a

[...] estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider. (Elias; Scotson, 2000, p.35).

O olhar etnocêntrico e o determinismo biológico, tão característicos do evolucionismo, estão expressos no relatório com significados culturais e expressões de ordem e de normalidade. O documento evidencia a incompreensão dos costumes indígenas e de como eles se confrontaram ou se confirmaram na sua singularidade.

Influenciados pelos valores religiosos, os missionários não compreenderam as pluralidades sociais e culturais da população nacional das regiões distantes. As mensagens publicadas nos jornais desempenharam papel fundamental na implantação das atividades missionárias em Mato Grosso. Sensibilizavam os leitores de que a criação da Missão era considerada de grande importância para o desenvolvimento e a evolução dos indígenas e da população do sul de Mato Grosso. A primeira justificativa que deram foi:

[...] no todo, nada foi feito, quase nada foi feito, pelo menos de uma maneira organizada, sistemática e compreensiva e as pessoas estão vivendo de forma falha, como um rio estagnado, cultivando o solo, pescando em córregos e caçando na floresta, com métodos que não mudaram durante séculos. Doenças, febres pestilentas, mordidas de insetos e abandono, todos rezam por eles. Suas mentes

estão cheias de superstição de pessoas pagãs, temendo a presença de espíritos em todas as operações misteriosas da natureza. (Christian Work In South America, 1925, v.1, p. 147).

Mato Grosso era divulgado como um lugar selvagem que deveria ser civilizado. Os protestantes tinham como meta a educação elementar capaz de oferecer o treinamento e a iluminação da mente, estabelecer novos diálogos, treinar as técnicas de trabalhos industriais, oferecer atendimentos médicos e evangelização - essa última seria a principal das funções a serem desenvolvidas no porvir das missões em Dourados (MT).

## A REGIÃO DE DOURADOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Até o início do século XX, a parte meridional do Estado de Mato Grosso<sup>12</sup> apresentava baixa densidade demográfica apesar da fixação de remanescentes (ex-combatentes) da Guerra do Paraguai. Ao fim do conflito, um marco significativo a influenciar a presença humana foi a criação (1882) e atuação da Companhia Matte Laranjeira S.A., que detinha o monopólio sobre a extração da erva-mate exercendo, conseqüentemente, influência em uma região de aproximadamente 60.000 km<sup>2</sup>.

A empresa contribuiu para a chegada de pequenas levas de migrantes cujos braços foram envolvidos no corte e manuseio dos ervais do sul do Estado. Ainda em pleno domínio dessa Companhia, o SPI demarcou, em 1915, a primeira Reserva com 3.600 ha para usufruto dos Kaiowá. Em toda a região sul do Estado, foram demarcadas para os Kaiowá e Guarani, oito reservas, totalizando 18.297 ha até 1928. Inicia-se, então, com o apoio direto dos órgãos oficiais, um processo sistemático e relativamente violento de confinamento da população Guarani nessas reservas.

O povoamento dessa região poderia ter ocorrido antes e sido mais eficaz se não fosse a ação empreendida pela Companhia Matte Laranjeira: a empresa era rígida ao rechaçar a presença de migrantes que, de alguma forma, poderiam ameaçar o monopólio sobre as terras na área meridional no Estado.

Historicamente, o processo de ocupação do então sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, ocorreu em tempos mais recentes, embora seja de conhecimento que, na verdade, não havia espaços vazios pois o indígena estava presente na região há séculos. Em termos de contingentes não indígenas, a existência de pequenos grupos data do século XIX, sobretudo após a Guerra do Paraguai (1865-1870); agrupamentos foram ampliados, dando origem a vilas, distritos e cidades no decorrer do século XX.

Odaléa da Conceição Deniz Bianchini, em sua pesquisa intitulada A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: (1880-1940), elucida que essa região, pela sua localização geográfica, era compreendida como um imenso espaço territorial distante do litoral, sem vias de comunicação e sem braços para povoá-la antes da Guerra do Paraguai: “após esta, não só permanecia isolado, como apresentava uma situação desoladora que os documentos da época deixaram transparecer [...]” (Bianchini, 2000, p. 68).

---

<sup>12</sup>Registrada na historiografia como “sul de Mato Grosso”.

Dois fatores contribuíram para a entrada de pequenas levas de migrantes no Estado nas primeiras décadas: o primeiro é ligado ao cultivo e à extração da erva-mate no sul do território, atraindo gaúchos para trabalharem nos ervais nativos, explorados de forma absoluta pela Companhia Matte Larangeira; o segundo é vinculado à chegada de paulistas, mas também de imigrantes japoneses e libaneses movidos pela construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), trecho entre Bauru (SP) e Campo Grande (MT) entre 1905 e 1914. Esse fato influenciou a economia da região por causa da interligação entre os dois Estados, facilitando o escoamento de produtos, em especial, de bovinos. Apesar dessas entradas, não houve crescimento vertiginoso no Estado; para tanto, basta verificar que o número de municípios não ultrapassava a quantidade de 26 em 1937, com uma média de 20.000 habitantes por cidade.

Fernando Tadeu de Miranda Borges, no texto sobre a história econômica de Mato Grosso, afirma que a população do Estado era composta da seguinte forma: em 1890, 92.827 habitantes; em 1900, 118.025; em 1920, 246.612; e, em 1930, um total de 349.857 (Borges, 2001).

Fatores ligados ao processo migratório e imigratório contribuíram consideravelmente para que ocorresse o preenchimento paulatino dos “espaços”. De modo geral, pode-se afirmar que a Companhia Matte Larangeira exerceu relevante influência no povoamento da região meridional de Mato Grosso, fato que pode ser justificado pela grande mobilidade espacial de seus trabalhadores e pela função itinerante da exploração da erva-mate.

Em termos históricos, a função exercida pela Companhia foi a da preservação do quadro natural e da posse da maioria dessas terras pelo governo do então Estado de Mato Grosso até as primeiras décadas do século XX. Tal situação favoreceu o processo de colonização do atual Estado de Mato Grosso do Sul a partir de 1943, como esclareceram Gressler e Swensson (1988).

Foi, portanto, na esteira desse povoamento do sul que teve origem a cidade de Dourados e das vilas da sua região, algumas remontando ainda ao século XIX, embora a presença indígena seja anterior à branca, sobretudo com a presença dos Kaiowá e, também, da etnia Terena. Dourados foi criada em 20 de dezembro de 1935 com áreas desmembradas do município de Ponta Porã, por meio do Decreto nº 30 do então Governador do Estado, senhor Mário Corrêa da Costa (MATO GROSSO, 1935).

De grande relevância foi a criação, em 1861, da Colônia Militar de Dourados cujo comando estava a cargo de Antônio João Ribeiro. Mais tarde, a região também esteve envolvida na Guerra do Paraguai (1867-1870), tendo em suas proximidades o *ir* e *vir* de tropas brasileiras, afetando de alguma forma o pequeno contingente humano fixado naquelas terras.

A criação e organização de colônias militares na região sul de Mato Grosso ocorreram em duas frentes: Dourados e Miranda, com o intuito de proteger os moradores e uma corrente de povoamento vinda tanto da capital como da fronteira com Minas Gerais.

Desde o período colonial, a população indígena Kaiowá da região de Dourados (MT) perde sua terra paulatinamente e enfrenta mudanças que atingem seu povo, que estava acostumado a viver livremente da caça, da pesca e do plantio para sua subsistência. Eles habitavam uma região de difícil acesso na Serra de Amambai, atual fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai e, por isso, permaneceram praticamente isolados até meados do século XIX. Após a Guerra do Paraguai, que teve o território Kaiowá como parte do cenário de batalha, eles passaram a ter cada vez mais contato com os não-indígenas. O cultivo e a

extração da erva-mate, explorada em grande intensidade na região a partir da década de 1880, passaram a incorporar significativo número de nativos como mão de obra.

Com o desmatamento da região e a implantação das fazendas de gado e das colônias agrícolas a partir da década de 1940, em especial a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), dezenas de aldeias kaiowá e guarani tiveram que ser abandonadas pelos índios, sendo suas terras incorporadas pela colonização. A população dessas aldeias foi aleatoriamente *descarregada* nas reservas. Esse processo de redução e confinamento compulsório seguiu inexorável, à revelia de toda a legislação já existente e a favor da proteção dos direitos indígenas à terra, até o final da década de 1970. É necessário ressaltar que entendemos por confinamento compulsório a transferência sistemática e forçada das diversas aldeias kaiowá-guarani para dentro das oito reservas demarcadas pelo governo entre 1915 e 1928 (Brand, 1997).

A Colônia Agrícola de Dourados, criada em 1943 com uma área de 50.000 hectares reservada para a colonização em 1923, passou a integrar Dourados pelo Decreto de elevação à categoria de município em 1935, atraindo, para a região, imigrantes brasileiros e estrangeiros, principalmente japoneses, que se dedicaram notadamente ao cultivo de café. Esse cenário de povoamento de contingentes humanos e da presença secular de indígenas, sobretudo da etnia Kaiowá, motivou o envio de missionários e a consequente criação de uma missão com o nome *Missão Evangélica Caiuá*.

No período compreendido entre 1915 e 1935, foram realizadas as demarcações de oito postos indígenas que ainda existem na região, e os limites de algumas dessas áreas foram impostos pelo SPI. Em 1925, foi fundado o Posto Indígena de Dourados, com a doação feita por meio do Decreto nº 401, de 3/9/1915, de um lote de terras de 3.600 ha. As terras da atual área tiveram seu título definitivo de propriedade expedido em 26/10/1985 e foram legalizadas em 14/12/1985, com 3.539 ha (Brand, 1997).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posso considerar que as discussões e propostas do Congresso do Panamá, de 1916, fundamentaram as ações missionárias protestantes, sobretudo as estadunidenses, na tentativa de retirar o país das *sombras* do catolicismo e, no sul de Mato Grosso na década de 20, como estratégias de conversão das populações indígenas. A partir do fortalecimento desse *movimento ecumênico* brasileiro, foram favorecidas as relações com representantes de outras igrejas e agências missionárias da Europa e dos Estados Unidos com a intenção de propagar o cristianismo reformado na América Latina e no Brasil.

As metas para o campo de missão entre os indígenas no sul de Mato Grosso estavam relacionadas com a ação de cooperação entre diversas denominações religiosas vinculadas com as propostas do Congresso do Panamá. Dessa forma, foram estabelecidas ações para evangelizar, curar, educar e ensinar técnicas agrícolas aos indígenas. Os missionários empenharam-se no trabalho de cooperação religiosa vinculada ao SPI; essa parceria tinha como objetivo integrar os indígenas à nova sociedade que se constituía na região de Dourados (MT) e torná-los, todos, entes protestantes.

Nesse período, o cenário que se formava no sul de Mato Grosso não deixava alternativa de escolha para os Kaiowá. Fragilizados diante das intensas mudanças no seu *modo de viver* e com a perda do território tradicional, encontraram na Missão Evangélica

Caiuá aquilo que o Estado negligenciava: remédios para curar as doenças, alimentos para as famílias, amparo diante das dificuldades que se formavam no *entorno*. Entretanto, em troca dos benefícios da *Missão*, tinham que aceitar a mensagem dos protestantes: era preciso mudar os hábitos, a relação com o trabalho e com a educação e, acima de tudo, alterar a cosmologia indígena Kaiowá.

Várias perguntas podem estar sem respostas. Entretanto, sinto-me impulsionado por elas e, somente assim, consigo visualizar futuras possibilidades de estudos, substancialmente aqueles vinculados à ação missionária protestante entre os indígenas Kaiowá, no antigo sul de Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

- AECI-Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil. **Estatuto**. [S.l.]: AECI, 28 ago. 1928.
- ATHAYDE, Fernando Luís Oliveira. **Ações afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS**. Dissertação (Mestrado em Educação) - [Universidade Católica Dom Bosco](#), Campo Grande, 2010.
- BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: (1880-1940)**. Campo Grande: UFMS, 2000.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870-1930**. São Paulo: Scortecci, 2001.
- BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. 1997. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- CBC-Comissão Brasileira de Cooperação. **Relatório anual**. [S.l.], 1924.
- CBC-Comissão Brasileira de Cooperação. **Relatório**. [S.l.], 1922-1923.
- CCLA-Comitê de Cooperação da América Latina. **Relatório**. [S.l.], 1925.
- CONGRESS ON CHRISTIAN WORK IN SOUTH AMERICA. **Relatório**. 1925. v. 1.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

GONÇALVES, Carlos Barros. **O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

MATO GROSSO (Estado). **Decreto nº 30, 20 de dezembro de 1935**. Cria o município de Dourados. Cuiabá, 1935.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo, SP: Loyola, 1995.

MESQUITA, Zuleica. A proposta educacional metodista: fase de implantação. **Revista do COGEIME**, Piracicaba, v. 4, n. 6, p. 91-134, 1995.

O EXPOSITOR CRISTÃO. **Notícias**. São Paulo: Sede Nacional da Igreja Metodista, 1925.

O EXPOSITOR CRISTÃO. **Notícias**. São Paulo: Sede Nacional da Igreja Metodista, 5 fev. 1928a.

O EXPOSITOR CRISTÃO. **Notícias**. São Paulo: Sede Nacional da Igreja Metodista, v. 42, n. 33, 8 ago.1928b.

O PURITANO. **Notícias**. Rio de Janeiro, 23 abr. 1927.

PAES, Fernando Luís Oliveira Athayde. **Educar mentes e salvar almas: ação missionária protestante na escolarização de indígenas no sul de mato grosso (1928-1950)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

PEDRAÇA, Célio Marcos. **O universo ideológico de Dom Aquino e os anos Vargas: entre a Igreja e o Estado: 1930-1945**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2007.

READ, Willian. **O crescimento da igreja na América Latina**. São Paulo: Mundo Cristão, 1969.

#### **Fernando Luís Oliveira Athayde Paes.**

Doutor em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba (MS).

<https://orcid.org/0000-0001-6556-4139>

E-mail: [fernandofortiori@gmail.com](mailto:fernandofortiori@gmail.com) - Fone: (67) 98213-6279

#### **Revisão**

Regina Célia Vieira, revisora textual, possui mestrado Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (RJ).

Recebido em: 24/10/2023

Parecer em: 30/10/2023

Aprovado em: 10/01/2024